

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
RESOLUÇÃO Nº 355-PGJ, DE 15 DE JUNHO DE 2004  
(PT. Nº26.138/04)**

Nova denominação dada ao ATO NORMATIVO pelos arts. 1º e 4º da Resolução nº 1.177/2019-PGJ/CGMP/CSMP/CPJ, de 11/11/2019

**Estabelece a organização administrativa da Promotoria de Justiça Cível de Campinas e dá outras providências**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, em especial daquelas que lhe são conferidas pelos arts. 19, inciso XII, alínea "n", 47, caput, e 48 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, **RESOLVE**:

**Art. 1º.** A Promotoria de Justiça Cível de Campinas é integrada pelos cargos adiante enumerados, com as atribuições que lhe são conferidas por lei, fixadas de acordo com a divisão de serviços aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e homologada pelo Procurador-Geral de Justiça por meio da Resolução nº 57-PGJ, de 8 de julho de 2003, qual seja:

I. 9º Promotor de Justiça:

- a) Urbanismo;
- b) Corregedoria Permanente dos Serviços de Registro de Imóveis de Campinas;
- c) ações populares ajuizadas a partir de 19 de março de 1999, bem como as hipóteses previstas nos artigos 9º e 16 da Lei Federal nº 4.717/65, independentemente da data da propositura;
- d) Consumidor (metade dos feitos, em atuação compartilhada com o 12º Promotor de Justiça);
- e) atendimento ao público (inclusive propositura de ações).

II. 11º Promotor de Justiça:

- a) feitos de final 1 a 6 da 3ª Vara Cível;

b) feitos da 9ª Vara Cível;

c) habilitações de casamento e demais procedimentos oriundos do 2º Serviço de Registro Civil de Campinas;

d) feitos de final 3 e 9 do JEPEC;

e) feitos de final 0 e 1 dos Anexos Fiscais;

f) ações populares ajuizadas anteriormente a 19 de março de 1999.

III. 12º Promotor de Justiça:

a) Meio ambiente (metade dos feitos, em atuação compartilhada com o 24º Promotor de Justiça);

b) Consumidor (metade dos feitos, em atuação compartilhada com o 9º Promotor de Justiça);

c) Acidentes do Trabalho;

d) ações populares ajuizadas a partir de 19 de março de 1999, bem como nas hipóteses previstas

nos artigos 9º e 16 da Lei Federal nº 4.717/65, independentemente da data da propositura;

e) atendimento ao público (inclusive propositura de ações).

IV. 13º Promotor de Justiça:

a) feitos da 5ª Vara Cível;

b) feitos de final 1 a 6 da 7ª Vara Cível;

c) habilitações de casamento e demais procedimentos oriundos do Serviço de Registro Civil de Souza;

d) feitos de final 5 e 7 do JEPEC;

e) feitos de final 8 e 9 dos Anexos Fiscais;

f) ações populares ajuizadas anteriormente a 19 de março de 1999.

V. 14º Promotor de Justiça:

a) feitos de final 1 a 6 da 6ª Vara Cível;

b) feitos da 10ª Vara Cível;

c) habilitações de casamento e demais procedimentos oriundos do Serviço de Registro Civil de Barão Geraldo;

d) feitos de final 6 e 0 do JEPEC;

e) feitos de final 6 e 7 dos Anexos Fiscais;

f) ações populares ajuizadas anteriormente a 19 de março de 1999.

VI. 15º Promotor de Justiça:

a) Cidadania (metade dos feitos, em atuação compartilhada com o 24º Promotor de Justiça);

b) Idoso;

c) Pessoa Portadora de Deficiência;

d) Fundações;

e) ações populares ajuizadas a partir de 19 de março de 1999, bem como nas hipóteses previstas nos artigos 9º e 16 da Lei Federal nº 4.717/65, independentemente da data da

propositura;

f) atendimento ao público (inclusive propositura de ações).

VII. 16º Promotor de Justiça:

a) feitos de final 7, 8, 9 e 0 das 3ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas Cíveis;

b) feitos de final 9 e 0 das 2ª e 4ª Varas Cíveis;

c) ações populares ajuizadas anteriormente a 19 de março de 1999.

VIII. 18º Promotor de Justiça:

a) feitos de final 1 a 8 das 2ª e 4ª Varas Cíveis;

b) habilitações de casamento e demais procedimentos oriundos do 1º Serviço de Registro Civil de Campinas;

c) feitos de final 2 e 4 do JEPEC;

d) feitos de final 2 e 3 dos Anexos Fiscais;

e) ações populares ajuizadas anteriormente a 19 de março de 1999.

IX. 19º Promotor de Justiça:

a) Infância e Juventude, nos feitos concernentes a crianças e adolescentes carentes, bem como nos procedimentos relativos à apuração de infrações administrativas;

b) fiscalização de entidades de atendimento, na respectiva área de atuação;

c) Interesses Difusos e Coletivos da Infância e Juventude, nas matérias de sua atribuição;

d) atendimento ao público nas áreas de sua atribuição.

X. 20º Promotor de Justiça:

a) Infância e Juventude, nos feitos concernentes à apuração de atos infracionais praticados por crianças e adolescentes;

b) Interesses Difusos da Infância e Juventude, nas matérias de sua atribuição;

c) fiscalização de entidades de atendimento destinadas à execução de medidas sócio-educativas;

d) atendimento ao público nas área de sua atribuição.

XI. 24º Promotor de Justiça:

a) Meio Ambiente (metade dos feitos, em atuação compartilhada com o 12º Promotor de Justiça);

b) Cidadania (metade dos feitos, em atuação compartilhada com o 15º Promotor de Justiça);

c) ações populares ajuizadas a partir de 19 de março de 1999, bem como nas hipóteses previstas nos artigos 9º e 16 da Lei Federal nº 4.717/65, independentemente da data da propositura;

d) atendimento ao público (inclusive propositura de ações).

XII. 26º Promotor de Justiça:

a) feitos da 1ª Vara Cível;

b) feitos de final 1 a 6 da 8ª Cível;

c) habilitações de casamento e demais procedimentos oriundos do 2º Serviço de Registro Civil de Campinas;

d) feitos de final 1 e 8 do JEPEC;

e) feitos de final 4 e 5 dos Anexos Fiscais;

f) ações populares ajuizadas anteriormente a 19 de março de 1999.

§ 1º. O 16º Promotor de Justiça não participará de audiências nas varas cíveis em que oficia, exceto nos pedidos de separação judicial e divórcio direto consensuais.

§ 2º. Quando houver autos apensados, a atribuição para neles atuar será regida pelas seguintes regras:

a) se houver apenas um processo em andamento, a atribuição pertencerá ao Promotor de Justiça responsável pelo final a ele correspondente;

b) caso haja mais de um processo em andamento, oficiará o Promotor de Justiça responsável pelo processo principal;

c) se os autos apensados se referirem a ações da mesma natureza reunidas em uma única vara, terá atribuição o Promotor de Justiça responsável pelo feito registrado primeiramente.

§ 3º. O Promotor de Justiça com atribuições para o processo falimentar também oficiará nos autos do inquérito judicial e habilitações de crédito a ele correspondentes.

§ 4º. Nas hipóteses de atuação compartilhada entre os 12º, 15º e 24º Promotores de Justiça, a definição da atribuição dar-se-á pela distribuição de forma livre e seqüencial, conforme a natureza do feito.

§ 5º. Nas ações civis públicas propostas por terceiros co-legitimados, oficiará o Promotor de Justiça com atribuição para a defesa do interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo tutelado no processo, independentemente da numeração do feito e da vara para a qual vier

ele a ser distribuído.

**Art. 2º.** Ficam criados, no âmbito da Promotoria de Justiça Cível de Campinas, os seguintes Setores:

I - Infância e Juventude;

II - Processual interveniente;

III - Interesses Difusos e Coletivos.

**Art. 3º.** Os setores referidos no artigo anterior são integrados pelos seguintes cargos:

I - Infância e Juventude: 19º e 20º Promotores de Justiça de Campinas;

II - Processual interveniente: 11º, 13º, 14º, 16º, 18º e 26º Promotores de Justiça de Campinas;

III - Interesses Difusos e Coletivos: 9º, 12º, 15º e 24º Promotores de Justiça de Campinas.

**Art. 4º.** As deliberações administrativas da Promotoria de Justiça Cível de Campinas serão tomadas:

I - pelo conjunto dos Promotores de Justiça que a integram, em reunião, ordinária ou extraordinária;

II - pelos Promotores de Justiça integrantes de cada um dos órgãos referidos no artigo anterior, em reunião setorial, ordinária ou extraordinária.

**Art. 5º.** A Promotoria de Justiça Cível de Campinas reunir-se-á em caráter geral, nas seguintes condições:

I - por convocação da Administração Superior, para os fins especificados na convocação;

II - por convocação do Secretário-Executivo, ou por proposta de 1/3 (um terço) dos Promotores de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça, excluídos os designados com prazo determinado, para deliberar sobre os assuntos de interesse geral dos Promotores de Justiça.

**Art. 6º.** Cada Setor da Promotoria de Justiça Cível de Campinas reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação da Administração Superior ou do Coordenador Setorial, ou por proposta de 1/3 (um terço) dos Promotores de Justiça em exercício no Setor, excluídos os designados com o prazo determinado.

§ 1º. A matéria objeto de deliberação será previamente encaminhada a cada Promotor de Justiça do respectivo Setor, para conhecimento e análise preliminar.

§ 2º. As deliberações serão tomadas nas reuniões setoriais, ordinárias ou extraordinárias, por maioria simples de votos, presente a maioria dos integrantes do Setor, tendo direito a voto os Promotores de Justiça em exercício, excluídos os designados com prazo determinado.

**Art. 7º.** Nas reuniões setoriais proceder-se-á, anualmente, a eleição de dois Promotores de Justiça para o exercício, durante 1 (um) ano, permitida uma recondução consecutiva, das funções de Coordenador Setorial e de Vice-Coordenador Setorial, com incumbência de responder pelos serviços administrativos específicos do Setor.

**Art. 8º.** Ficam delegadas aos Coordenadores Setoriais as atribuições administrativas afetas ao Secretário-Executivo, definidas pelas Resoluções nº 145-PGJ e nº 153-PGJ e demais disposições aplicáveis à espécie, notadamente quanto aos funcionários, servidores, materiais e bens patrimoniais.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no ((GRIFO))caput deste artigo, fica delegada ao Coordenador do Setor de Interesses Difusos e Coletivos, com exclusividade, as atribuições previstas na Resolução nº 212-PGJ-CGMP-CSMP.

**Art. 9º.** Sentindo-se prejudicado por deliberação tomada em reunião, ordinária ou extraordinária, da Promotoria de Justiça ou de Setor da Promotoria de Justiça, o Promotor de Justiça interessado poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Procurador-Geral de Justiça.



**Art. 10.** Da reunião geral ou setorial, ordinária ou extraordinária, lavrar-se-á ata circunstanciada, da qual será remetida cópia ao Procurador-Geral de Justiça no prazo de 3 (três) dias, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, inclusive, se for o caso, aprovação e registro ou expedição da resolução competente para conferir eficácia às deliberações adotadas.

**Art. 11.** Sem prejuízo da Secretaria-Geral, cada Setor contará com estrutura administrativa de material e pessoal própria, necessária para o desempenho de suas atividades, sob a denominação de Secretaria Setorial, subordinada ao Coordenador Setorial.

**Art. 12.** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

*Publicação em:* [Diário Oficial: Poder Executivo – Seção I, São Paulo, v.114, n.112, p.42-43, de 16 de junho de 2004.](#)